

SABERES ANCESTRAIS EM SALA DE AULA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO DA CULTURA INDÍGENA NA E.E.F. ANTÔNIO CUSTÓDIO SOBRINHO (TIANGUÁ-CE).

Daniele Maria de Carvalho Santos ¹
Perpetuo do Socorro da Costa Silva ²
Vera Lúcia Peres da Silva ³

RESUMO

O presente trabalho consiste em um relato de experiência desenvolvido na E.E.F. Antônio Custódio Sobrinho, localizada no município de Tianguá/Ceará, com turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais. A ação foi baseada na Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo da educação básica. O projeto teve como objetivo promover o respeito à diversidade étnico-cultural e resgatar elementos da cultura indígena, frequentemente silenciados ou representados de forma estereotipada pela sociedade. Buscou-se, ainda, reforçar a importância dos povos originários na construção da identidade brasileira, valorizando aspectos como a língua, a culinária, as danças, as festividades, os rituais e os mitos. As atividades foram realizadas entre os meses de fevereiro e abril de 2025, por meio de oficinas práticas, vivências culturais, rodas de conversa, aulas de campo e intercâmbios com representantes indígenas da região, com o intuito de fortalecer os vínculos dos estudantes com a história e a cultura dos povos originários. Como resultado, observou-se que, apesar da presença de estereótipos no imaginário dos alunos, isso não representou um obstáculo para o diálogo e a construção de saberes. Ao contrário, constatou-se significativo engajamento dos alunos, que demonstraram crescente interesse pela cultura indígena. O projeto culminou em uma amostra cultural, marcada pela exposição de trabalhos manuais e apresentações artístico-culturais, refletindo os conhecimentos e as experiências adquiridos ao longo do processo.

Palavras-chave: Educação para a diversidade, cultura indígena, saberes ancestrais, estereótipos, práticas pedagógicas.

1. INTRODUÇÃO

A Lei nº 11.645/2008 tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Indígena no currículo da educação básica brasileira (BRASIL, 2008), representando um avanço fundamental na luta pela implantação de uma educação antirracista e decolonial. Entretanto, para Carvalho e Montenegro (2025) sua aplicação prática ainda enfrenta grandes desafios, como a falta de formação continuada para professores, à incorporação dos conteúdos no planejamento pedagógico das escolas, a ausência de políticas públicas

¹ Mestranda em Ensino de Geografia pela Universidade Regional do Cariri (URCA). dannygeo1452@gmail.com

² Graduada em História e Geografia (licenciatura) – Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. perpetuacosta8@gmail.com

³ Graduada em Pedagogia/História/Serviço Social. Especialista em História e Geografia- IEDUCARE. Gestão em Políticas públicas - UVA. Direito de Família- FAVENI, vera.acaosocial@hotmail.com;



eficazes e o desconhecimento da legislação por parte dos profissionais da educação.

A iniciativa emergiu de um diagnóstico feito com os estudantes, que, em suas falas e posicionamentos, demonstravam visões estereotipadas sobre as nações indígenas. Essa percepção dos alunos está alinhada à análise de Soratto e Nascimento (2020), quando argumentam que a memória coletiva reproduz imagens folclorizadas e preconceituosas, fruto de um processo histórico e colonizador que construiu no imaginário da população nacional um indígena visto como primitivo, selvagem e fixado no passado.

Diante desse cenário, a questão que este trabalho buscou responder é: de que forma um projeto pedagógico baseado na Lei 11.645/2008 pode contribuir para a desconstrução de estereótipos sobre a cultura indígena e promover o engajamento dos alunos do Ensino Fundamental?

Nessa perspectiva, o presente relato de experiência teve como principal objetivo relatar e analisar uma experiência pedagógica pautada na Lei nº 11.645/2008. Para tanto, buscou-se descrever as estratégias e atividades pedagógicas utilizadas para a inclusão da temática indígena no currículo escolar, promover o respeito à diversidade étnico-cultural, resgatando elementos da cultura indígena frequentemente silenciados ou estereotipados e analisar o engajamento e a mudança de percepção dos alunos, reforçando a importância desses povos na construção da identidade brasileira por meio de aspectos como a língua, a culinária, as danças, os rituais e os mitos.

A culminância dos esforços foi uma amostra cultural que, por meio de trabalhos manuais e apresentações artísticas, refletiu o processo de aprendizagem e o engajamento dos alunos. O sucesso da ação demonstrou que o diálogo e a construção de saberes são possíveis e que podem transformar a percepção dos estudantes, despertando um genuíno interesse pela cultura indígena. Assim, as seções seguintes deste trabalho apresentarão os materiais, os métodos e os resultados e discussões obtidos sobre as implicações pedagógicas da experiência.

2. METODOLOGIA

O projeto foi aplicado na E.E.F. Antônio Custódio Sobrinho, uma escola de tempo integral, localizada no município de Tianguá/CE, entre os meses de fevereiro e abril de 2025, com um total de 382 alunos, com 11 turmas de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental Anos Finais, contando com o protagonismo dos professores de Ciências Humanas e



suporte de todo corpo docente, discente, gestores e funcionários da instituição.

As atividades foram iniciadas na segunda semana de fevereiro, onde no primeiro momento, cada professor da disciplina “Afro-Indígena” realizou uma pequena oficina de introdução à temática indígena. A atividade consistiu na entrega de uma folha ofício A4 branca para cada estudante, onde foi solicitado que os mesmos respondessem através de um desenho à seguinte pergunta: “Quem eram os habitantes do Brasil antes da chegada dos colonizadores europeus”? Os alunos tiveram um tempo para pensar e conversar para conseguirem desenhar. Ao concluírem a atividade, realizamos uma roda de conversa, onde cada discente apresentou o resultado do seu desenho para a turma.

As apresentações revelaram uma unanimidade de visões estereotipadas: os estudantes desenharam os indígenas com características como arco e flecha, seminu, com pinturas e morando em ocas na floresta. Isso reforça o que Freire (2016) já apontava, que para a maioria das pessoas, criou-se uma imagem congelada dos indígenas, como descrito por Pero Vaz de Caminha. Isso já nos acendeu um sinal de alerta para a necessidade urgente de ressignificar o modo ultrapassado como esses povos ainda são enxergados até os dias de hoje.

O segundo momento da oficina, ocorreu na terceira semana de fevereiro e consistiu em perguntar aos alunos, como esses povos que eles haviam desenhado, eram chamados no Brasil. Novamente, a resposta veio de forma unânime: “é um índio”. Assim, pudemos iniciar a desconstrução do primeiro grande estereótipo da história do Brasil, explicando que baseado na lei nº 14.402, de 8 de julho de 2022, o termo correto é “indígena” e não “índio” como aprendemos ao longo desses cinco séculos (BRASIL, 2022).

Soratto e Nascimento (2021), apontam que o termo índio contém um equívoco geográfico, ou seja, é uma denominação que surgiu a partir do olhar europeu sobre quem haveriam encontrado quando aqui chegaram, entre os séculos XV e XVI, supondo terem chegado às Índias, já Munduruku (2020) reforça que o termo “indígena” é o mais adequado, pois significa “natural do lugar em que vive”, sendo assim, uma maneira mais respeitosa de se dirigir aos povos originários.

Na quarta semana de fevereiro, realizamos o terceiro momento das oficinas, com a exibição do documentário “Falas da Terra” produzido em 2021 pela Rede Globo, com o intuito de retirar do imaginário dos estudantes, aquela ideia ultrapassada de indígena e para que possam compreender a importância da representatividade desses povos nos mais



diversos setores da sociedade.

Após a exibição do documentário, realizamos uma roda de conversa dialogada para identificarmos o impacto que o material audiovisual gerou no pensamento dos estudantes, que demonstraram surpresa ao perceber que estes povos são médicos, advogados, artistas, político dentre tantas outras profissões.

Ao longo do mês de março, organizamos as turmas em equipes temáticas para produção de materiais expositivos e apresentações artístico-culturais sobre a cultura tradicional indígena, onde os alunos produziram murais, cartazes, paródias, poesias, jogos, paródias etc., sob a orientação dos professores, que estavam sempre interferindo para evitar trabalhos simplistas e estereotipadas. Todos os trabalhos produzidos ao longo do mês foram utilizados na culminância do projeto, colaborando assim, para ressignificar o nosso olhar sobre os povos originários.

No mês de abril, realizamos dois momentos de vivência, através de aulas de campo, que geraram um impacto imenso no modo que os estudantes ainda enxergavam os povos indígenas. Realizamos uma visita ao evento “Herança Nativa” que estava acontecendo na cidade de Viçosa do Ceará; e uma aula de campo para a cidade de Itarema/CE, para uma vivência com os povos Tremembés, na Escola Maria Venâncio, em Almofala.

Encerramos o mês de abril com a culminância do projeto, com três salas temáticas e com apresentações artístico-culturais na quadra da escola, além de palestras sobre a importância de valorizarmos a nossa ancestralidade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto revelou uma transformação significativa na percepção dos estudantes em relação aos povos indígenas. Inicialmente, o diagnóstico, realizado por meio de desenhos, demonstrou uma visão bastante estereotipada. Essa unanimidade inicial confirmou a hipótese de que a invisibilidade e a representação distorcida desses povos no imaginário social são desafios reais, que o projeto buscou urgentemente ressignificar.

A intervenção, estruturada em momentos pedagógicos, demonstrou ser uma abordagem eficaz. A desconstrução do termo “índio” para “indígena”, baseada em autores como Munduruku (2020) e Soratto e Nascimento (2021), foi o primeiro passo que gerou um impacto imediato, mostrando aos alunos a importância da terminologia correta. O documentário "Falas da Terra" também foi um ponto de inflexão, pois a surpresa dos



estudantes ao verem indígenas em profissões e contextos urbanos quebrou a visão de que esses povos estariam fixados no passado.

As vivências nas aulas de campo foram o ponto alto do projeto, gerando um impacto imenso. O contato direto com a cultura Tremembé (figura 1) e a participação no evento “Herança Nativa” (figura 2) permitiram que os alunos superassem a visão teórica e pudessem vivenciar a realidade, a história e a diversidade contemporânea dos povos originários. O sucesso da ação demonstrou que o diálogo e a construção de saberes são possíveis e que podem transformar a percepção dos estudantes, despertando um genuíno interesse pela cultura indígena.

Figura 1: Visita aos povos Tremembés, de Almofala, Itarema/CE.



Fonte: autoria própria (2025).

Figura 2: Visita “Herança Nativa”, Viçosa do Ceará/CE.





Fonte: autoria própria (2025).

O engajamento dos alunos na produção de materiais criativos, sob a orientação dos professores, demonstrou que a aprendizagem ativa e o trabalho em equipe podem ser ferramentas poderosas para a desconstrução de preconceitos. A culminância, com as salas temáticas (figura 3) e as apresentações artísticas (figura 4), foi a prova do aprendizado, pois os alunos não apenas repetiram o que aprenderam, mas se tornaram agentes na disseminação de um novo olhar.

Figura 3: Salas temáticas.



Fonte: autoria própria (2025).



Figura 4: Apresentações artístico-culturais.



Fonte: autoria própria (2025).

Diante do exposto, foi possível perceber que revisitar as nossas raízes é uma forma potente de plantar sementes de consciência, respeito e pertencimento em nossos espaços educativos, com capacidade de transformação da realidade que nos cerca.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato de experiência demonstra que a implementação efetiva da Lei nº 11.645/2008 é não apenas possível, mas essencial para a construção de uma educação mais justa e plural. O projeto, ao atuar na desconstrução de estereótipos sobre os povos indígenas, alcançou seus objetivos ao promover o respeito à diversidade e ao resgatar a história e a cultura dos povos originários de forma significativa.

A transformação na percepção dos alunos, evidenciada desde os primeiros desenhos até as apresentações na culminância, atesta o poder da educação dialógica e participativa. As experiências de campo, em especial, reforçaram a importância do contato direto com a realidade, superando o conhecimento puramente teórico e fortalecendo o laço de pertencimento e respeito dos estudantes com a ancestralidade brasileira.

Espera-se que este relato inspire outras instituições a adotarem abordagens semelhantes, utilizando o diálogo, a conscientização e a valorização das múltiplas identidades culturais como pilares de uma educação verdadeiramente antirracista. A continuidade da conscientização e a expansão de projetos como este são fundamentais para garantir que as futuras gerações não reproduzam os preconceitos do passado, mas construam um futuro mais inclusivo e respeitoso.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.402, de 8 de julho de 2022.** Institui o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14402.htm. Acesso em: 22 fev. 2025.

CARVALHO, Ieda Nunes de; MONTENEGRO, Rúbia Kátia Azevedo. **A efetivação da Lei nº 11.645/2008 no ensino fundamental:** desafios e possibilidades nas escolas municipais de Pariconha/AL. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE, São Paulo, v. 4, abril. 2025. ISSN2675-3375. Disponível em: doi.org/10.51891/rease.v11i4.18743. Acesso em: 22 out. 2025.

FALAS DA TERRA. Direção: Rubens Rocha. Produção: Rede Globo, 2021. Documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BdDpp6USz5Y&t=183s>. Acesso em: 08 fev. 2025.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Cinco ideias equivocadas sobre os índios.** Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/cinco_ideias_equivocadas_jose_ribamar.pdf. Acesso em 08 jan. 2025.

MUNDURUKU, Daniel. **Crônica indígenas:** para rir e refletir na escola. 1ª ed. – São Paulo: Moderna, 2020.

SORATTO, Marinês; NASCIMENTO, Adir Casaro. **Implementação da Lei n. 11.645/2008:** uma experiência na formação de professores. Revista Teias, v. 21, n. 62, p. 304-316, jun./set. 2020.

